

SUMÁRIO

1	NOÇÕES INICIAIS	1
1.	Direito.....	1
2.	Estado	2
2.1	Funções e poderes do Estado	3
3.	Governo.....	6
4.	Administração Pública	6
4.1	Tarefas da Administração Pública.....	7
5.	Direito Administrativo	8
5.1	Conceito.....	8
5.1.1	Critérios do Direito Administrativo	8
5.2	Características.....	10
5.3	Relação com outros ramos do Direito.....	11
5.4	Interpretação do Direito Administrativo	13
6.	Fontes do Direito Administrativo.....	14
7.	Sistemas administrativos	16
8.	Função administrativa	17
9.	Súmula.....	19
	Resumo	19
2	PRINCÍPIOS	21
1.	Conceito	21
2.	Funções dos princípios.....	22

3.	Regime jurídico administrativo	22
3.1	Supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	24
3.2	Indisponibilidade do interesse público.....	25
4.	Princípios constitucionais expressos.....	26
4.1	Legalidade.....	26
4.1.1	Bloco de legalidade	27
4.1.2	Legalidade para o particular x legalidade para o administrador	27
4.1.3	Princípio da legalidade x princípio da reserva legal.....	29
4.1.4	Exceções à legalidade.....	30
4.2	Impessoalidade	31
4.2.1	Impessoalidade do administrador em relação ao povo..	31
4.2.1.1	Impessoalidade x nepotismo	34
4.2.2	Impessoalidade do administrador em relação à sua atuação.....	35
4.2.3	Intranscendência subjetiva.....	36
4.3	Moralidade	37
4.4	Publicidade.....	37
4.4.1	Finalidades da publicidade	38
4.4.2	Disposições constitucionais	39
4.4.3	Portal da transparência	39
4.4.4	Exceções à publicidade.....	40
4.4.5	Atos sigilosos x improbidade administrativa.....	41
4.4.6	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).....	41
4.5	Eficiência	42
4.5.1	Eficiência na Constituição Federal.....	44
5.	Princípios infraconstitucionais.....	44
5.1	Princípios expressos na Lei 9.784/1999 (processo administrativo federal).....	45
5.1.1	Finalidade.....	45
5.1.2	Motivação.....	46
5.1.3	Razoabilidade	46
5.1.4	Proporcionalidade.....	47
5.1.5	Contraditório.....	47

5.1.6	Ampla defesa	48
5.1.7	Segurança jurídica	49
5.1.7.1	Proteção à confiança	51
5.2	Outros princípios	53
5.2.1	Isonomia	53
5.2.2	Autotutela	54
5.2.3	Especialidade	56
5.2.4	Presunção de legitimidade	57
6.	Súmulas	57
6.1	Súmulas vinculantes – STF	57
6.2	Súmulas do STF	58
6.3	Súmulas do STJ	58
	Resumo	59
3	PODERES ADMINISTRATIVOS	61
1.	Conceito	61
1.1	Poderes do Estado x poderes da Administração	62
2.	Vinculação	63
3.	Discricionariedade	64
3.1	Justificadores da discricionariedade administrativa	65
3.2	Controle judicial dos atos discricionários	66
4.	Poder hierárquico	68
4.1	Delegação	70
4.2	Avocação	72
4.3	Resumo desenhado: delegação x avocação	73
4.4	Resumo desenhado: poder hierárquico	73
5.	Poder disciplinar	73
6.	Poder de polícia	77
6.1	Conceito	78
6.2	Polícia administrativa x polícia judiciária	80
6.3	Poder de polícia x poder disciplinar	82
6.4	Poder de polícia: sentido amplo x sentido estrito	83
6.5	Atributos do poder de polícia	84
6.6	Atuações do poder de polícia	86

6.7	Delegação do poder de polícia	87
6.7.1	Ciclo de polícia (STJ)	87
6.7.2	Entendimento do STF	89
6.8	Prescrição	92
7.	Poder normativo/regulamentar	93
7.1	Características	93
7.2	Regulamentos	94
7.2.1	Regulamento executivo	94
7.2.2	Regulamento autônomo	96
7.2.3	Regulamento executivo <i>x</i> autônomo	98
7.3	Controle	99
8.	Uso e abuso de poder	101
9.	Súmulas	103
9.1	Súmulas vinculantes – STF	103
9.2	Súmulas do STF	103
9.3	Súmulas do STJ	104
	Resumo	104
4	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	107
1.	Conceito	107
2.	Fundamento legal	108
3.	Tipos de prestação da atividade administrativa	108
4.	Desconcentração <i>x</i> descentralização	109
5.	Desconcentração	109
5.1	Espécies de desconcentração	111
5.2	Teorias do órgão público	112
5.2.1	Teoria do órgão (imputação volitiva)	112
5.3	Classificação dos órgãos	114
6.	Descentralização	115
6.1	Espécies de descentralização	116
7.	Formas de controle	117
7.1	Controle na desconcentração (hierárquico/autotutela)	118
7.2	Controle na descentralização (finalístico/tutela/supervisão ministerial)	118

8.	Formas de surgimento das pessoas da administração indireta	118
9.	Autarquias	121
9.1	Criação e extinção	123
9.2	Regime jurídico	123
9.2.1	Prerrogativas	124
9.2.2	Restrições/sujeições	128
9.3	Regime de bens	134
9.4	Responsabilidade civil	136
9.5	Espécies de autarquias	137
9.5.1	Autarquias administrativas	137
9.5.2	Autarquias profissionais	137
9.5.3	Autarquias territoriais	139
9.5.4	Autarquias fundacionais	139
9.5.5	Autarquias associativas	139
9.5.6	Autarquias em regime especial	140
9.5.6.1	Agência reguladora	140
9.5.6.1.1	Características	141
9.5.6.1.2	Espécies de agências reguladoras	145
9.5.6.2	Agências executivas	145
10.	Fundações	147
10.1	Natureza jurídica	148
10.2	Fundação pública de direito público	149
10.3	Fundação pública de direito privado	149
11.	Empresas estatais	151
11.1	Pontos de semelhança	152
11.1.1	Forma de criação	152
11.1.1.1	Criação das subsidiárias	153
11.1.2	Atividades	154
11.1.3	Regime jurídico	155
11.1.4	Empregados públicos	157
11.1.5	Responsabilidade civil das estatais	160
11.1.6	Regime dos bens	160
11.1.7	Licitação e contratos	162
11.1.8	Resumo dos pontos de semelhança das estatais	163

11.2	Pontos de distinção	163
11.2.1	Capital.....	163
11.2.2	Forma de organização	164
11.2.3	Competência.....	164
11.2.4	Resumo – Pontos de distinção	165
11.3	Lei 13.303/2016.....	166
11.3.1	Disposições preliminares.....	166
11.3.2	Das regras de transparência	166
11.3.3	Do conselho de administração	167
11.3.4	Do conselho fiscal.....	168
11.3.5	Licitação e contratos.....	168
12	Súmulas	168
12.1	Súmulas do STF.....	168
12.2	Súmulas do STJ.....	168
	Resumo	169
5	TERCEIRO SETOR.....	171
1.	Disposições gerais	171
2.	Terceiro setor.....	173
3.	Serviço social autônomo.....	173
3.1	Características.....	174
3.2	Resumo do tema.....	179
4.	Entidades de apoio.....	179
5.	Organização social (OS)	181
5.1	Características.....	181
5.2	Resumo desenhado.....	188
6.	Organização da sociedade civil de interesse público (oscip)	188
6.1	Características.....	188
6.2	Resumo desenhado.....	193
7.	OS x OSCIP	193
8.	Organização da sociedade civil (OSC)	194
8.1	Pessoas impedidas de celebrar parcerias.....	195
8.2	Dos requisitos para a celebração das parcerias.....	195
8.3	Chamamento público.....	196

8.4	Inexigibilidade e dispensa do chamamento público.....	197
8.5	Celebração das parcerias.....	198
8.6	Formalização das parcerias.....	199
8.7	Liberação de recursos.....	200
8.8	Das sanções administrativas.....	201
9.	Súmulas.....	202
9.1	Súmulas do STF.....	202
9.2	Súmulas do STJ.....	202
	Resumo.....	202
6	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	205
1.	Conceito.....	205
2.	Princípios.....	207
2.1	Generalidade.....	207
2.2	Modicidade tarifária.....	207
2.3	Eficiência.....	208
2.4	Segurança.....	209
2.5	Atualidade.....	209
2.6	Cortesia.....	209
2.7	Regularidade.....	209
2.8	Continuidade.....	209
2.8.1	Continuidade x direito de greve.....	213
2.8.2	Continuidade x <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	216
2.8.3	Continuidade x ocupação provisória e reversão.....	217
3.	Classificação.....	218
4.	Formas de prestação do serviço público.....	220
5.	Concessão de serviços públicos.....	222
5.1	Características da concessão.....	223
5.2	Obrigações da concessionária.....	230
5.3	Poder concedente.....	231
5.4	Usuários do serviço público.....	232
5.5	Intervenção.....	233
5.6	Extinção da concessão.....	234

6.	Parceria público-privada – PPP	238
6.1	Espécies de PPP	239
6.1.1	Concessão comum x patrocinada x administrativa.....	241
6.2	Características dos contratos de parceria público-privada.....	241
6.2.1	Vedações aos contratos de parceria público-privada	242
6.2.2	Principais características dos contratos de parceria público-privada	243
7.	Permissão de serviço público.....	243
7.1	Permissão x concessão.....	245
8.	Autorização de serviço público	246
9.	Súmulas	246
9.1	Súmulas vinculantes – STF.....	246
9.2	Súmulas do STF.....	247
9.3	Súmulas do STJ.....	247
	Resumo	248
7	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	249
1.	Fato x ato.....	249
2.	Ato da administração x ato administrativo	250
3.	Conceito de ato administrativo	252
3.1	Vinculação e discricionariedade	253
3.2	Silêncio administrativo	254
4.	Requisitos/elementos do ato administrativo	255
4.1	Competência	256
4.1.1	Características da competência.....	257
4.1.1.1	Delegação x avocação.....	258
4.1.2	Vício de competência	259
4.2	Finalidade.....	261
4.2.1	Vício de finalidade	261
4.3	Forma.....	263
4.3.1	Motivação.....	263
4.3.2	Vício de forma	265
4.4	Motivo.....	266
4.4.1	Teoria dos motivos determinantes.....	267
4.4.1.1	Teoria dos motivos determinantes x motivação	268

4.4.2	Motivo <i>x</i> motivação	269
4.4.3	Vício de motivo	270
4.5	Objeto	270
4.6	Mérito do ato administrativo	271
4.6.1	Controle judicial dos atos administrativos.....	271
5.	Atributos/características do ato administrativo.....	272
5.1	Presunção de legitimidade.....	273
5.2	Autoexecutoriedade	274
5.3	Tipicidade.....	276
5.4	Imperatividade.....	277
5.5	Resumo	278
6.	Classificação dos atos administrativos	278
6.1	Quanto à liberdade.....	278
6.2	Quanto aos destinatários.....	279
6.3	Quanto ao alcance.....	279
6.4	Quanto ao objeto.....	280
6.5	Quanto à estrutura.....	280
6.6	Quanto aos efeitos.....	281
6.7	Quanto aos resultados	281
6.8	Quanto à formação	281
7.	Espécies de atos administrativos.....	284
7.1	Atos normativos.....	284
7.2	Atos enunciativos.....	285
7.3	Atos punitivos	286
7.4	Atos ordinatórios	286
7.5	Atos negociais.....	287
8.	Formação e efeitos dos atos administrativos.....	288
8.1	Perfeição	288
8.2	Validade	289
8.3	Eficácia.....	289
8.4	Possibilidade de combinações	290
9.	Extinção dos atos administrativos	291
9.1	Revogação.....	291

9.2	Anulação.....	296
9.3	Revogação x Anulação.....	301
9.4	Cassação	301
9.5	Caducidade.....	302
9.6	Contraposição.....	303
9.7	Outras formas de extinção	303
10.	Convalidação	304
11.	Súmulas	307
11.1	Súmulas vinculantes – STF.....	307
11.2	Súmulas do STF.....	308
11.3	Súmulas do STJ.....	309
	Resumo	309
8	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	311
1.	Introdução.....	311
2.	Conceito	311
3.	Classificação	313
4.	Controle administrativo	319
4.1	Meios de controle.....	320
4.2	Direito de petição.....	321
4.3	Recurso administrativo.....	322
4.3.1	Recurso hierárquico: próprio x impróprio.....	323
4.4	Órgão de controle interno	324
5.	Controle legislativo	325
5.1	Controle parlamentar.....	326
5.2	Controle pelo Tribunal de Contas	327
5.2.1	Competências do Tribunal de Contas da União	328
6.	Controle judicial.....	330
6.1	Características.....	331
6.2	Ações judiciais de controle.....	331
6.2.1	Mandado de segurança	332
6.2.2	Ação popular.....	335
6.2.3	<i>Habeas data</i>	337
6.2.4	Mandado de injunção.....	338

6.2.5	Ação civil pública.....	342
6.3	Atos <i>interna corporis</i>	344
7.	Súmulas	345
7.1	Súmulas vinculantes – STF.....	345
7.2	Súmulas do STF.....	345
7.3	Súmulas do STJ.....	347
	Resumo	348
9	BENS PÚBLICOS.....	349
1.	Conceito	349
1.1	Bens públicos.....	350
2.	Titularidade dos bens públicos.....	351
3.	Espécies de bens públicos.....	352
4.	Características dos bens públicos.....	354
4.1	Afetação x desafetação.....	358
4.2	Alienação de bens públicos	359
4.3	Resumo: espécies e características dos bens públicos.....	363
5.	Uso dos bens públicos pelos particulares	363
5.1	Formas de consentimento estatal para uso especial de bens públicos.....	364
6.	Formas de aquisição de bens.....	367
7.	Súmulas	368
7.1	Súmulas do STF.....	368
7.2	Súmulas do STJ.....	368
	Resumo	368
10	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	371
1.	Direito de propriedade.....	371
2.	Intervenção na propriedade	372
3.	Fundamentos e regras constitucionais	372
4.	Formas de intervenção	373
5.	Intervenções restritivas da propriedade.....	374
5.1	Limitação administrativa.....	374
5.2	Servidão administrativa.....	376
5.3	Requisição administrativa	377

5.4	Tombamento	378
5.5	Ocupação temporária.....	384
6.	Desapropriação.....	386
6.1	Aquisição originária da propriedade	386
6.2	Bens x desapropriação.....	387
6.3	Pressupostos.....	388
6.4	Modalidades de desapropriação.....	390
6.4.1	Desapropriação comum.....	390
6.4.2	Desapropriação sancionatória (função social da propriedade)	391
6.4.2.1	Propriedade urbana	391
6.4.2.2	Propriedade rural.....	394
6.4.3	Desapropriação sancionatória (confisco).....	395
6.4.4	Desapropriação indireta	397
6.4.5	Desapropriação privada.....	400
6.4.6	Desapropriação por zona.....	400
6.5	Procedimento administrativo da desapropriação	400
6.5.1	Competência.....	401
6.5.2	Fases	403
6.5.2.1	Fase declaratória	403
6.5.2.2	Fase executiva.....	405
6.6	Procedimento judicial da desapropriação.....	406
6.7	Indenização	408
6.8	Direito de extensão	412
6.9	Tredestinação	413
6.10	Retrocessão.....	414
7.	Súmulas	416
7.1	Súmulas vinculantes – STF.....	416
7.2	Súmulas do STF.....	416
7.3	Súmulas do STJ.....	417
	Resumo.....	417
11	AGENTES PÚBLICOS.....	419
1.	Conceito	419
2.	Classificação dos agentes públicos.....	420

2.1	Agentes políticos.....	420
2.2	Agentes administrativos.....	423
2.2.1	Servidores temporários.....	423
2.2.2	Servidores celetistas	425
2.2.3	Servidores estatutários.....	427
2.3	Particulares em colaboração com o Estado	429
3.	Cargo <i>x</i> emprego público <i>x</i> função.....	430
3.1	Acumulação de cargos, empregos e funções.....	432
4.	Concurso público	433
4.1	Exceções ao concurso público	434
4.2	Prazo de validade	436
4.3	Direito subjetivo à nomeação	437
4.4	Cláusula de barreira.....	439
4.5	Controle judicial	440
4.6	Nulidade	441
5.	Estabilidade.....	441
5.1	Prazo para aquisição.....	442
5.2	Perda do cargo.....	444
5.3	Estabilidade <i>x</i> vitaliciedade.....	445
6.	Direito de greve.....	445
7.	Estatuto do servidor público federal (lei 8.112/1990)	448
7.1	Cargo público.....	449
7.1.1	Requisitos para a investidura em um cargo público.....	449
8.	Do provimento.....	452
8.1	Nomeação.....	453
8.1.1	Da posse.....	454
8.1.2	Do exercício.....	454
8.1.3	Resumo: nomeação <i>x</i> posse <i>x</i> exercício.....	455
8.1.4	Estágio probatório	455
8.2	Readaptação	457
8.3	Reversão.....	458
8.4	Reintegração.....	459
8.5	Recondução.....	461

8.6	Aproveitamento	462
8.7	Promoção	462
9.	Da vacância	463
10.	Da remoção	465
11.	Redistribuição.....	467
12.	Dos direitos e vantagens.....	468
12.1	Do vencimento e da remuneração.....	468
12.2	Das vantagens.....	474
12.2.1	Das indenizações	474
12.2.2	Das gratificações e adicionais	478
12.3	Das licenças	481
12.4	Das concessões.....	483
13.	Regime disciplinar.....	485
13.1	Dos deveres do servidor	485
13.2	Das responsabilidades	486
13.3	Das penalidades	488
13.3.1	Advertência	489
13.3.2	Suspensão	491
13.3.3	Demissão	493
13.3.4	Do registro das penalidades.....	496
14.	Processo administrativo disciplinar	498
14.1	Sindicância	500
14.2	Do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	501
14.2.1	Instauração.....	502
14.2.2	Inquérito administrativo	502
14.2.3	Julgamento	505
14.3	Processo Administrativo Disciplinar sumário.....	505
14.4	Revisão do processo.....	507
15.	Súmulas	507
15.1	Súmulas vinculantes – STF.....	507
15.2	Súmulas do STF.....	508
15.3	Súmulas do STJ.....	510
	Resumo	511

12 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	513
1. Fundamentos.....	513
2. Evolução histórica.....	514
3. Responsabilidade estatal na constituição de 1988.....	517
3.1 A quem se aplica o art. 37, § 6.º, da CF/1988.....	518
3.2 Responsabilidade objetiva.....	523
3.2.1 Ato (conduta).....	523
3.2.1.1 Ato (conduta) – lícito x ilícito.....	524
3.2.2 Dano.....	526
3.2.3 Nexo causal.....	526
3.3 Ação regressiva.....	527
3.3.1 Denúnciação da lide.....	530
4. Responsabilidade por omissão estatal.....	531
4.1 Relação de custódia.....	533
4.1.1 Preso x omissão estatal.....	534
5. Excludentes de responsabilidade do estado.....	538
5.1 Teorias: risco administrativo x risco integral.....	540
6. Prescrição.....	542
6.1 Tortura no regime militar.....	544
7. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.....	545
7.1 Responsabilidade por atos legislativos.....	545
7.2 Responsabilidade por atos judiciais.....	546
8. Súmulas.....	546
8.1 Súmulas vinculantes – STF.....	546
8.2 Súmulas do STF.....	547
8.3 Súmulas do STJ.....	547
Resumo.....	547
 13 LICITAÇÃO (LEI 8.666/1993).....	 549
1. Conceito.....	549
2. Competência para legislar.....	550
3. Quem deve licitar.....	551
4. Finalidades da licitação.....	552
4.1 Tipos de licitação.....	553

5.	Princípios da licitação	554
5.1	Regras de desempate.....	557
6.	Modalidades de licitação.....	558
6.1	Concorrência	559
6.2	Tomada de preço	561
6.3	Convite.....	563
6.4	Observações: concorrência x tomada de preço x convite.....	565
6.4.1	Valores: concorrência x tomada de preço x convite	565
6.4.2	Licitação internacional.....	567
6.5	Concurso	568
6.6	Leilão.....	569
6.7	Pregão	571
7.	Intervalo mínimo	573
8.	Comissão de licitação	574
9.	Procedimento	576
9.1	Concorrência	576
9.1.1	Fase interna	576
9.1.2	Fase externa.....	579
9.1.2.1	Edital (instrumento convocatório).....	579
9.1.2.2	Habilitação	581
9.1.2.3	Julgamento	583
9.1.2.4	Homologação.....	585
9.1.2.4.1	Anulação e revogação	585
9.1.2.5	Adjudicação.....	586
9.1.3	Resumo do procedimento da concorrência	588
9.2	Demais procedimentos	588
9.2.1	Tomada de preço.....	588
9.2.2	Convite	589
9.2.3	Concurso e leilão.....	589
9.2.4	Pregão	590
10.	Contratação direta.....	594
10.1	Inexigibilidade de licitação	594
10.2	Dispensa de licitação	596

10.2.1 Licitação dispensada	596
10.2.2 Licitação dispensável.....	597
10.3 Inexigibilidade x dispensa.....	604
11. Súmulas	604
11.1 Súmulas do STF.....	604
11.2 Súmulas do STJ.....	605
Resumo	605
14 LICITAÇÃO (LEI 14.133/2021)	607
1. Disposições preliminares.....	607
1.1 Como estudar a Lei 14.133/2021	608
1.2 A quem se aplica	609
1.3 Objetos da licitação.....	609
1.4 Princípios e objetivos.....	611
1.5 Definições importantes.....	613
2. Modalidades de licitação.....	614
2.1 Pregão	615
2.2 Concorrência	616
2.3 Concurso	618
2.4 Leilão.....	619
2.5 Diálogo competitivo.....	621
3. Fases da licitação.....	622
3.1 Fase preparatória.....	623
3.2 Fase de divulgação do edital.....	624
3.3 Fase de apresentação das propostas.....	625
3.4 Fase de julgamento.....	627
3.4.1 Agentes Públicos.....	630
3.5 Fase de habilitação	631
3.6 Fase recursal	634
3.7 Fase de homologação.....	635
4. Contratação direta.....	636
4.1 Inexigibilidade de licitação	637
4.2 Dispensa de licitação	639
4.2.1 Licitação dispensável x licitação dispensada.....	642

5.	Instrumentos auxiliares	644
5.1	Credenciamento	644
5.2	Pré-qualificação	645
5.3	Procedimento de manifestação de interesse.....	647
5.4	Sistema de registro de preço.....	648
5.5	Registro cadastral.....	651
6.	Lei 8.666/1993 x lei 14.133/2021	652
15	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI 8.666/1993)	669
1.	Conceito	669
1.1	Contratos da Administração x contratos administrativos.....	670
2.	Competência legislativa.....	670
3.	Características	671
3.1	Formalismo	673
3.2	Contrato administrativo x contrato privado	676
4.	Garantia.....	677
5.	Cláusulas exorbitantes	679
5.1	Alteração unilateral dos contratos.....	679
5.1.1	Alteração por acordo das partes	681
5.2	Rescisão unilateral dos contratos	681
5.2.1	Exceção de contrato não cumprido.....	683
5.3	Fiscalização da execução dos contratos	685
5.4	Aplicação de punições	685
5.5	Ocupação provisória	687
6.	Duração do contrato.....	687
7.	Equilíbrio econômico-financeiro	689
7.1	Teoria da imprevisão.....	689
8.	Responsabilidades.....	691
9.	Recebimento do objeto	693
10.	Formas de extinção do contrato	694
10.1	Motivos para a rescisão do contrato	696
11.	Disposições penais	697
12.	Contratos em espécie	697

12.1	Contratos da Lei 8.666/1993	697
12.2	Contrato de concessão (Lei 8.987/1995 + Lei 11.079/2004).....	699
12.3	Contrato de permissão (Lei 8.987/1995)	700
12.4	Contrato de gestão	701
12.5	Contrato das empresas estatais (Lei 13.303/2016).....	702
13.	Convênios	704
14.	Consórcios públicos.....	705
15.	Súmulas	710
15.1	Súmulas do STF.....	710
15.2	Súmulas do TST	710
	Resumo	711
16	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI 14.133/2021)	713
1.	Disposições preliminares.....	713
1.1	Como estudar a Lei 14.133/2021	714
2.	Características dos contratos administrativos.....	715
2.1	Formalismo	717
3.	Execução dos contratos.....	720
4.	Duração dos contratos	723
5.	Garantias	724
6.	Alocação de riscos	726
7.	Prerrogativas da administração	727
8.	Modificação unilateral dos contratos	728
8.1	Modificação bilateral dos contratos.....	730
9.	Extinção dos contratos.....	730
10.	Nulidades dos contratos.....	733
11.	Recebimento do objeto	735
12.	Pagamento.....	735
13.	Infrações e sanções administrativas.....	736
14.	Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	741
17	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	745
1.	Noções iniciais	745
2.	Sujeitos.....	746

2.1	Sujeito passivo	746
2.2	Sujeito ativo	748
2.2.1	Improbidade administrativa x agentes políticos.....	751
2.2.2	Sucessor do agente ímprobo	752
3.	Espécies de atos de improbidade	753
3.1	Enriquecimento ilícito	754
3.2	Prejuízo ao erário	756
3.3	Atentam contra os princípios da Administração Pública.....	759
3.4	Nova espécie: concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário	763
4.	Das sanções	763
4.1	Natureza jurídica.....	763
4.2	Tipos de punições	764
4.3	Punições: enriquecimento ilícito	766
4.4	Punições: prejuízo ao erário.....	766
4.5	Punições: atentado contra os princípios da Administração Pública	767
4.6	Punições: concessão ou aplicação indevida de benefício tributário ou financeiro.....	767
4.7	Punições: resumo.....	768
5.	Da declaração de bens	769
6.	Do procedimento administrativo	769
7.	Medidas cautelares	770
8.	Ação judicial de improbidade.....	773
8.1	Competência	775
8.2	Fase inicial da ação: <i>in dubio pro societate</i>	776
8.3	Não aplicação do princípio da insignificância.....	776
9.	Prescrição.....	777
	Resumo	781
18	PROCESSO ADMINISTRATIVO	783
1.	Conceito	783
2.	Finalidades.....	785
3.	Princípios	786
3.1	Legalidade.....	786

3.2	Finalidade.....	787
3.3	Motivação.....	787
3.4	Proporcionalidade e razoabilidade.....	787
3.5	Eficiência.....	788
3.6	Moralidade.....	788
3.7	Contraditório e ampla defesa.....	788
3.8	Segurança jurídica.....	789
3.9	Publicidade.....	790
3.10	Gratuidade.....	790
3.11	Informalismo.....	790
3.12	Oficialidade.....	790
4.	Direitos e deveres dos administrados.....	791
5.	Início do processo administrativo.....	793
5.1	Legitimados.....	793
6.	Competência.....	794
6.1	Delegação x avocação.....	794
6.2	Impedimento x suspeição.....	797
7.	Atos do processo.....	798
7.1	Comunicação dos atos.....	799
8.	Fases Processuais.....	800
8.1	Instauração.....	800
8.2	Instrução.....	801
8.3	Decisão.....	804
9.	Motivação.....	805
9.1	Motivação aliunde.....	806
10.	Formas de extinção do processo.....	807
11.	Anulação x revogação x convalidação.....	807
12.	Recursos.....	808
12.1	Não recebimento dos recursos.....	811
12.2	<i>Reformatio in pejus</i>	811
12.3	Revisão.....	812
13.	Dos prazos.....	812
13.1	Prazos expressos na Lei 9.784/1999.....	813

14. Súmulas	814
14.1 Súmulas vinculantes – STF.....	814
14.2 Súmulas do STF.....	814
14.3 Súmulas do STJ.....	814
Resumo	815
BIBLIOGRAFIA	817